



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2021 a 31/10/2021

Indexação: “queimada” or “incêndio florestal” or “incêndio”

Documento 1/13

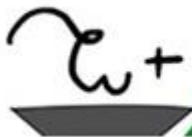
119.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 07/10/2021-
	CD	10:56
Publ.: DCD - 10/8/2021 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Aproximação da nefasta marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo caos sanitário, bem como pelo desemprego, miséria e fechamento de empresas no País. Escândalo da manutenção de aplicações financeiras em paraísos fiscais pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Agravamento das queimadas no Brasil. Luta dos povos indígenas e quilombolas pela demarcação dos seus territórios. Realizações do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Alcance social do Programa Bolsa Família. Anulação de condenações judiciais impostas ao ex-Presidente da República. Quadro de miséria, fome e carestia reinante no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer também da minha satisfação de vê-lo sempre com essa tranquilidade presidindo os trabalhos desta Casa.

Quero dizer, neste momento, às Sras. e aos Srs. Deputados e àqueles que nos acompanham que nós estamos vivendo uma verdadeira crise neste País. Parece que todos nós, quando vamos falar, falamos desta crise que está acontecendo. Mas, em meio a esta crise e em meio a uma pandemia, temos um governo cujos apoiadores dizem nesta Casa que é maravilhoso, que está fazendo tudo o que pode. Até o número de campeões das Olimpíadas e das Paraolimpíadas está sendo atribuído ao Presidente, como se ele tivesse ido ao campo jogar. É impressionante, diante de tanta miséria a que estamos assistindo neste País, que digam que está tudo bem. Tudo bem para quem? Com 600 mil pessoas mortas - até agora já são quase 600 mil pessoas mortas pela COVID -, dizem que está tudo bem. Naturalizaram essas mortes. Dizem: "O Presidente nada tem a ver com isso, porque ele está viabilizando, ele está fazendo, as vacinas estão chegando". Primeiro, ele culpou os Estados que tomaram a decisão de antecipar a vacinação, nesta loucura, que vacinaram o seu povo, que, por eles



mesmos, contrataram e compraram vacinas, porque os Governadores, os Prefeitos e as Prefeitas já estavam horrorizados com o que estava acontecendo, sem uma resposta para isso deste Governo.

O que nós vimos foi a "gripezinha" levar este País a este caos que estamos vivendo: tanto desemprego, tanta miséria, famílias inteiras morando no meio na rua, tantos comerciantes fechando os seus comércios. Isso não é por conta da COVID, nem é por conta do isolamento, é por conta desta política de Paulo Guedes, apoiado pelo Presidente da República!

Agora nós estamos a ver este grande escândalo acontecer neste País, mas parece que está tudo bem. Está tudo bem. Não importa que o Paulo Guedes tenha 51 milhões de dólares lá fora, no paraíso fiscal. Dizem: *"O que é isso? É o dinheiro dele! Ele ganhou e ele tem o direito de ter esse dinheiro depositado lá. Qual é o mal de depositar o seu dinheiro num banco, num paraíso fiscal? Não, não há nenhum problema"*. O problema é que ele está colaborando com a fome e a morte do povo brasileiro, porque ele está tirando da boca do trabalhador e da trabalhadora, com a conivência do Governo. O Governo Bolsonaro tem embaixo do braço o Paulo Guedes, e o projeto do Governo é do Paulo Guedes. Nós estamos vendo, nas Ilhas Britânicas, no Caribe, a evasão de divisas, tudo isso acontecendo, mas está tudo bem. Paulo Guedes é um banqueiro que está levando o dinheiro do Brasil para fora, e os impostos aqui estão sendo sonegados. Isso é corrupção financeira, e nós devemos denunciar com toda a força que existe. Essa sonegação de impostos implica a morte de um número de pessoas desempregadas, com fome. Mas está tudo bem. Este Governo é 100% uma maravilha. Não tem responsabilidade com nada.

Está havendo queimadas. Os povos indígenas, há dias, há meses, estão vindo para cá, assim como o povo quilombola, há dias, há meses, por causa das demarcações. Querem fazer o quê? *"Mas está tudo bem. Para que indígena quer tanta terra?"* É o que ouvimos. *"Para que isso? Nós temos que demarcar, porque é preciso plantar mais soja."* É preciso, porque a soja é que vai substituir o emprego, é que vai substituir a comida na mesa, é que vai substituir a vacina no braço.

Ora, vejam só! Como é que se pode aceitar lavagem de dinheiro, descaradamente, neste País e achar que está tudo bem?

Ainda ouço inconformados com o fato de Luiz Inácio Lula da Silva ter sido considerado inocente. Criaram uma narrativa, para que o povo pudesse ver no PT e no Lula os autores da maior corrupção do Brasil desde o tempo do Brasil Colônia ou do Brasil Império. *"É o Lula, é o PT!"*



Esse corrupto Lula tirou 36 milhões de pessoas da miséria, desenvolveu o Nordeste, fez a transposição do Rio São Francisco. Eu ouvi dizerem aqui que o Bolsonaro está cuidando disso, que ele fez essa transposição. Não é possível! Ele fez essa transposição?

É preciso dizer para aqueles que chamam Lula de "corrupto" que esse corrupto fez o PROUNI, que colocou filho de trabalhador e trabalhadora na universidade, fez o Bolsa Família, do qual agora vão mudar o nome. Para quê? Para fazer politicagem - diziam que nós que fazíamos com o Bolsa Família. Não. O Bolsa Família mudou a história do povo na sua região. Passaram os comerciantes a vender, porque o povo tinha recursos. É diferente do que querem fazer hoje com o Bolsa Família. Querem cortar o Bolsa Família, acabar com o CADÚNICO. O que é isso, minha gente, senão politicagem? Ora, diante de uma corrupção financeira, ainda querem chamar o PT de "corrupto"? Provem! Provem a corrupção de Luiz Inácio Lula da Silva, porque a Justiça já provou. Ninguém inocenta alguém que tenha feito alguma coisa. Se fez alguma coisa, a Justiça vai condenar. Agora, nós também temos que pensar e acreditar que, num processo democrático, é preciso que nós reconheçamos a Justiça do nosso País, mesmo quando ela se coloca contra nós, individualmente ou coletivamente. A Justiça do nosso País faz parte da instituição chamada "democracia", em que há harmonia entre os Poderes e independência ao mesmo tempo. Respeito, é isso o que nós não estamos vendo no Governo.

Então, não venham para cá dizer que está tudo bem. Não está tudo bem. Nós temos que resgatar o nosso povo da fome, da miséria absoluta e fazer com que o Brasil volte a sorrir.

As coisas estão mudando. Os movimentos populares estão nas ruas, os movimentos de estudantes estão nas ruas, os movimentos das donas de casa estão nas ruas, porque, por causa do preço, gás, arroz, feijão, óleo, açúcar e café não está dando para comprar. Estão morrendo de fome. Diante desse fato, estão indo para a rua.

Não é só a Oposição que está indo para a rua. Não. Estão indo para a rua muitos daqueles que votaram neste Governo, mas que agora se envergonham deste Governo e se arrependem de ter votado nele.

Documento 2/13

91.2021.B

Sessão Outro Evento

13/10/2021-17:48

Publ.: DCD - 10/14/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Elevado índice de desemprego registrado no Governo Dilma Rousseff. Não absolvição judicial do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ocorrência de queimadas naturais no Brasil em decorrência das secas. Contrariedade à demarcação de novas reservas indígenas. Repúdio às ações de violência e ódio promovidas pela Esquerda. Apoio ao Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como bom gaúcho, eu digo sempre: mas que barbaridade, que barbaridade, as pessoas acharem que o povo brasileiro não tem memória!

Em 2016, eu era Deputado Federal e votei a favor do "Fora, Dilma!", do *impeachment*. Fui expulso do PDT, tinha 28 anos de partido. Sabem quantos desempregados havia no Brasil? Doze milhões de desempregados. Entregaram o País com pleno emprego? Pelo amor de Deus, precisamos falar a verdade para o povo brasileiro! Aí se assustaram, porque 50 milhões de brasileiros, ao contrário do que eles queriam... Desde que o Bolsonaro assumiu, eles ensaiam essa retórica, essa papagaiada de "Fora, Bolsonaro!". Aliás, o Bolsonaro não tinha assumido ainda, eles já estavam papagaiando "Fora, Bolsonaro!", porque agem igual vespa, agem igual piranha: mordem, mordem, mordem, mas, infelizmente, falando aquilo que não é verdade. Cinquenta milhões de brasileiros foram para as ruas dizer: "Fica, Bolsonaro, nós precisamos de ti no Governo".

Nós escutamos também "Lula inocentado". Inocentado onde? Inocentado em um tribunal político que resolveu mandar o processo para a primeira e segunda instâncias. Não foi inocentado, Lula continua sendo um ladrão no Brasil. Vou repetir: Lula continua sendo um ladrão no Brasil. É verdade, eu não estou inventando nada, mas repetem e repetem e repetem.

Outra coisa que estão repetindo bastante: repetem que as queimadas foi o Bolsonaro que mandou fazer. Mas desde quando um Presidente da República manda queimar alguma coisa?

Pelo contrário, nós tivemos queimadas porque houve uma seca no Brasil, normal e natural. Aí inventam que já é essa coisa que estão inventando do clima, e clima, e mais clima. Não existe essa história de dizer que nós temos um aquecimento global. Os grandes especialistas do mundo dizem: esses são ciclos naturais da vida. Eu sou especialista em saúde pública e meio ambiente, estudo isso, e estudo o outro lado, o daqueles que querem criar esse clima terrível de que agora vai acabar o mundo, que nós vamos morrer todos queimados, que nós vamos morrer todos pelo clima, pelo aquecimento global.



Vamos produzir, vamos trabalhar, vamos fazer este País crescer, vamos fazer este País andar, porque isso é bom para a Oposição e é bom para a Situação. Nós não podemos transformar o Brasil em terras indígenas. Aliás, os índios já têm as suas terras; eles têm é que produzir nas suas terras. Dizer que existem terras indígenas... Vão lá na Constituição, leiam na Constituição, está lá escrito, na Constituição de 1988: as áreas em que moram os índios serão demarcadas! E todas foram demarcadas. Querem inventar mais área indígena, querem inventar queimadas...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Deputado, pode ligar o microfone para concluir o raciocínio.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Eu fico louco de ver as pessoas falando em ódio. Cinquenta milhões de brasileiros foram para as ruas, e não quebraram nada. Quantas vezes eles fizeram protesto e encheram de pinturas? As universidades estão todas pintadas por eles, que fazem essa balbúrdia, essa quebra-deira, colocam o negro contra o branco; colocam o índio contra o branco; colocam a família contra os filhos, e tudo isso não é ódio.

Nós queremos a família, nós queremos a pátria, nós queremos a liberdade. É isso que nós queremos.

Viva a liberdade! Viva o Presidente Bolsonaro!

Documento 3/13

125.2021	Sessão Comissão Geral	26/10/2021-11:04
Publ.: DCD - 10/27/2021 -	EUFRAN FERREIRA DO AMARAL---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL
		DISCURSO

Sumário

Debate de estratégias e ações do Governo brasileiro na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia.

O SR. EUFRAN FERREIRA DO AMARAL - Bom dia. Bom dia, Presidente Sidney Leite.

Eu queria agradecer o convite do Deputado Nilto Tatto para participar



desta discussão e cumprimentar meus colegas debatedores.

É extremamente importante este debate, para que, de fato, o Brasil possa pelo menos ter posição positiva nesta discussão global. Hoje, nós já temos o último relatório do IPCC. Estão claros os efeitos da ação humana no planeta Terra. Já sabemos que o aquecimento global de 1,5 grau Celsius vai ser ultrapassado antes do meio deste século. Para reduzir esse efeito, nós precisamos ter metas ambiciosas, e o único nível tolerável numa ação global é que, de fato, possamos caminhar para um grande pacto de emissão zero.

Nesse contexto, Presidente, meus amigos, é importante pensarmos que nós temos várias Amazônias, porque, senão, nós simplificamos a Amazônia em floresta. Nós temos uma Amazônia de águas. A maior bacia hidrográfica do mundo está aqui. É a maior bacia hidrográfica do Brasil: 1.100 afluentes, 175 milhões de litros de água. Existe uma Amazônia das plantas. Nós temos 2.500 espécies de árvores, de 40 a 300 espécies por hectare. Isso, sem falar em biodiversidade: 25% das espécies do mundo estão aqui na Amazônia. Há a Amazônia dos produtos florestais não madeireiros. Quantas espécies nós não conhecemos ainda? E existe a Amazônia das cidades. Hoje, 80% da população da Amazônia vivem na cidade. Nós temos cidades que são florestas urbanizadas. Existe, ainda, a Amazônia dos dilemas: 5% do PIB nacional; 10% do eleitorado; 14% das estradas; 14% dos Municípios; 61% das mortes em conflitos fundiários se dão aqui na Amazônia.

E ainda temos: 34% da população sem água encanada; 81% dos Municípios sem nenhuma rede de coleta de esgoto.

Nós vivemos um contexto de mudança climática, com ondas de calor, maior temperatura do solo, enchentes, perda de biodiversidade. Nesse contexto, nós temos, de fato, a Amazônia como um sistema crucial para nos ajudar a pensar e conter essas mudanças climáticas. Temos aqui de 16% a 22% do total dos rios, de 150 a 200 bilhões de toneladas de carbono.

E temos um ponto extremamente importante: 47 milhões de pessoas vivem aqui, Presidente, incluindo cerca de 2,2 milhões de indígenas, distribuídos em mais de 400 grupos que falam mais de 300 línguas - as chamadas populações indígenas e comunidades locais. No entanto, esses povos, com suas culturas e todo o seu conhecimento milenar, estão sob ameaça devido às múltiplas pressões e ao enfraquecimento da proteção dos seus direitos.

Hoje, na Amazônia, 17% das florestas já foram convertidas para outros usos e, pelo menos, outros 17% das florestas foram degradadas. O Brasil deve ter metas claras, ambiciosas, para que de fato possa



restaurar ecossistemas, fazer conservação da biodiversidade, garantir uma estratégia de monitoramento não só do desmatamento, mas também da degradação, ter sistemas de alerta precoce para incêndios florestais - hoje, nós estamos vivendo uma realidade de incêndios florestais -, de forma que o País possa fazer parte de uma ação global para interromper essas emissões de gases de efeito estufa.

Nós temos, hoje, no Brasil, ferramentas ainda inovadoras de gestão e de planejamento, como o zoneamento ecológico-econômico, os zoneamentos municipais, a integração dos inventários nacionais, o reconhecimento dos sistemas subnacionais de incentivo aos serviços ambientais, tecnologias geradas pela EMBRAPA, como consórcios agroflorestais, integração lavoura-pecuária e plantio direto, integração lavoura-pecuária e floresta, que podem de fato se somar a essas metas ambiciosas de restauração.

Nós não podemos pensar na Bacia Amazônica... Nós temos um potencial tamanho para avançar nessas trajetórias de desenvolvimento sustentável, com pesquisa científica, com geração de tecnologia e inovação, incorporando o conhecimento dos povos indígenas e comunidades locais, de forma que nós tenhamos uma...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 4/13

125.2021	Sessão Comissão Geral	26/10/2021-11:24
Publ.: DCD - 10/27/2021 -	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL
		DISCURSO

Sumário

Debate de estratégias e ações do Governo brasileiro na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG) - Caro Presidente, colegas Parlamentares, senhores e senhoras participantes desta Comissão Geral, com o objetivo importante e estratégico para o nosso País, que é o de preparar as propostas que o Brasil levará às negociações da Conferência Mundial do Clima.

Primeiro, Presidente, quero cumprimentar V.Exa. pela iniciativa. Estamos aqui com esse objetivo, a partir do pressuposto do poeta que



disse que a lição nós sabemos de cor, só nos falta aprender. E também não basta que nós brasileiros, especialmente neste Parlamento, as organizações do mercado e a sociedade também começemos a repetir a mesma narrativa do passado, que é falar de nós para nós mesmos das potencialidades do Brasil.

Mas o Brasil também precisa ter a consciência de que as Conferências Mundiais do Clima são espaços não para levar ideias, mas para se negociar resultados, negociar programas concretos que garantam resultados, e o Brasil tenha credibilidade.

O Brasil tem perdido espaço, especialmente na competitividade dos nossos produtos. No entanto, muito mais do que isso, o Brasil tem um compromisso com as gerações futuras. Segundo a ONU, da quantidade suplementar de alimentos que o Brasil precisará, espera-se que nós tenhamos a responsabilidade de produzir 40% desses alimentos.

Por isso, nós realizamos e promovemos duas audiências públicas na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Nós quisemos ouvir a proposta do Governo que está sendo preparada, nós quisemos ouvir o mercado, a sociedade civil, os ambientalistas, as organizações dos nossos produtores rurais e, a partir daí, tirar os compromissos que o Brasil colocará na mesa, com o objetivo de cumprir os nossos compromissos e as metas que o mundo inteiro faz para superar o desafio de produzir alimentos, com equilíbrio e com preservação ambiental.

Temos muito mais do que só a nossa consciência sobre a necessidade de entregarmos um planeta muito melhor às gerações futuras do que esse em que nós estamos vivendo hoje, com os resultados na agricultura, na cidade, em toda a nossa vida, com as mudanças climáticas. E este Parlamento sim tem propostas concretas. O projeto da minha autoria, o Patrimônio Verde, tem o objetivo de premiar os produtores rurais que preservam o meio ambiente. O Brasil tem que sair da política de comando e controle, para uma política de educar e premiar os nossos produtores rurais.

A economia do futuro vai se pautar em três pilares: no conhecimento; na velocidade com que as inovações tecnológicas chegarão até as pessoas que precisam dessas inovações da ciência e da pesquisa; e, principalmente, na economia verde, a bioeconomia. O mundo inteiro vai precisar, e muito, que o Brasil esteja preparado.

Por isso uma das nossas expectativas na Conferência Mundial do Clima é a regulamentação do art. 6º da Constituição. As outras nações têm muitas preocupações, porque o Brasil será, pois tem capacidade e musculatura, uma potência internacional no mercado de carbono, que é



a economia verde.

Posso citar projetos importantes, como o do colega do meu Estado, colega de profissão, engenheiro agrônomo, o Deputado Zé Vitor, o Projeto Desmatamento Ilegal Zero.

Essa é a condição número um - isso é elementar - que o Brasil precisa cumprir, além de premiar os nossos produtores pelos serviços ambientais.

No campo da bioeconomia, do mercado de carbonos, o Deputado Marcelo Ramos, Vice-Presidente desta Casa, tem também um projeto que necessita ser aprovado, para que se dê ao Brasil essa competitividade e possa ter o arcabouço legal, com segurança jurídica, para garantir, nesse mercado do futuro, porque o futuro é hoje, o futuro é agora, os *green bonds* que vêm da bioeconomia.

Mas é preciso deixar claro também que o Brasil precisa cumprir outras missões, porque nós somos o país da agricultura sustentável, do biocombustível, do etanol, do RenovaBio, especialmente da agricultura de baixo carbono.

No entanto, precisamos resolver três pilares muito críticos, e essa tem que ser a responsabilidade do Governo Federal e deste Parlamento. O primeiro deles é a regularização fundiária. Não dá mais para essas pessoas esperarem, não terem identidade e titularidade da sua propriedade; o segundo pilar é o desmatamento ilegal zero; e o terceiro pilar é o combate às queimadas que assolam o País, com as mudanças climáticas e a falta de estrutura dos nossos órgãos ambientais.

Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 5/13

125.2021

Publ.: DCD - 10/27/2021 -

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Comissão Geral

26/10/2021-12:56

CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

COMISSÃO GERAL

DISCURSO

Sumário

Debate de estratégias e ações do Governo brasileiro na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia.



O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos que acompanham esta importante Comissão Geral que debate a posição que o Brasil levará à COP 26.

É muito triste o dia de hoje. Temos um Governo Federal que desmontou todas as políticas que vinham tendo sucesso no controle do desmatamento, na promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, o desmonte das instituições ambientais brasileiras.

Nós temos, neste momento, não só o aumento do desmatamento - estamos registrando recordes. É preciso deixar claro que o desmatamento, as queimadas, o ataque à floresta é o principal meio de emissão de gases de efeito estufa. Há uma postura negacionista de um Governo que não vale apenas para a questão sanitária da emergência em saúde, mas vale também para a questão do aquecimento global. Um Governo que nega saúde para uma coisa nega para todas, infelizmente. Ou se acredita na ciência ou não se acredita na ciência. Infelizmente, é essa realidade que nós vivemos.

O Governo, com o aumento do desmatamento, busca tomar medidas que são vistosas, mas que não têm efeito prático. Nós temos as operações de garantia da lei e da ordem, nas quais o Governo Federal investiu 550 milhões de reais, muito mais do que o recurso disponível para o Instituto Chico Mendes, para o IBAMA, com todo o conhecimento que eles têm, fazer o seu papel, o papel que sabe fazer.

O resultado disso é que nós temos um Governo Federal que vai chegar à COP sem credibilidade nenhuma, que fala uma coisa e faz outra e que muitas vezes falta com a verdade, como ocorreu na cúpula do clima promovida pelo Presidente Joe Biden no início deste ano, quando o Presidente disse que teria aumentado o orçamento dos órgãos ambientais para a fiscalização, o que ele não fez. Na verdade, ele diminuiu o orçamento.

Então, é um momento muito difícil para o Brasil. Mas é preciso dizer que esta Casa, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados também não têm ajudado. Foi votado o PL do não licenciamento ambiental. No que isso melhora a contribuição do Brasil para a redução das emissões de gases e para a mitigação dos efeitos do aquecimento global? No que a aprovação do PL da grilagem melhora a contribuição do Brasil?

Então, é preciso, sim, uma divisão justa dessa tarefa. Os países desenvolvidos emitiram mais gases e por mais tempo que os países em desenvolvimento. Mas isso não pode ser desculpa para a inação,

para a destruição, porque a solução para essa questão passa por um acordo mundial.

O Brasil não só perdeu o seu papel de liderança durante os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, mas também se tornou um problema para o mundo inteiro na questão do aquecimento global.

O meu Estado do Amapá é banhado pelo Rio Amazonas. Estive lá, em junho, no Arquipélago do Bailique, na foz do Rio Amazonas com o Oceano Atlântico. Os 10 mil ribeirinhos que moram naquela região estão sendo afetados pelos efeitos da ação do homem na construção de três hidrelétricas no Rio Araguari, na criação de búfalo e no aumento da margem do Oceano Atlântico, que está afetando, entrando com mais força no arquipélago, salinizando as comunidades, onde isso não acontecia. Então, lá no Amapá, nós já estamos sentindo os efeitos do aquecimento global.

O que nós vamos esperar, Sr. Presidente? Que as comunidades da Amazônia, que ficam invariavelmente na beira dos rios, sejam destruídas para tomarmos uma ação?

Então, infelizmente, o quadro não é positivo. Apesar de o Brasil ser representado pelo Poder Executivo na sua comitiva oficial, o Parlamento tem que ter uma posição muito mais clara na defesa de uma solução ou de uma contribuição maior do Brasil. A sociedade civil e a iniciativa privada estão muito à frente do Governo brasileiro.

Era isto o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 6/13

125.2021	Sessão Comissão Geral	26/10/2021-13:40
Publ.: DCD - 10/27/2021 -	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de estratégias e ações do Governo brasileiro na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os colegas Parlamentares.

Na verdade, a questão é a seguinte: o que o Governo brasileiro, na figura do Presidente e de seus representantes, vai levar para essa



Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas? Vai levar a realidade? Vai levar a verdade? A verdade é esta: o aumento do desmatamento. A verdade é que aumentou a devastação do meio ambiente, das florestas; aumentaram as queimadas, a exploração desenfreada sem fiscalização. Na verdade, está sendo denunciado na tribuna desta Casa, já no decorrer deste ano, mas desde o início do mandato do atual Governo, o desmonte total da política ambiental, das estruturas de fiscalização que nós temos. E a Amazônia sente isso mais de perto, com a retirada do IBAMA de várias localidades e a permissão pública, praticamente sem fiscalização nenhuma, de exploração de recursos naturais, do peixe, da madeira, do aumento da mineração ilegal, dos garimpos. Essa é a realidade que nós estamos vivenciando no Brasil, que deveria ser dita nessa conferência internacional.

Nós temos que pensar também na questão do desenvolvimento dito sustentável, na exploração das riquezas. Mas qual é o projeto? O projeto do Governo é essa exploração sem nem ouvir efetivamente a população. Não quer nem ouvir a população indígena. O Governo é contrário, inclusive, a ouvir os indígenas em relação a qualquer outro projeto de exploração econômica ou não. Aliás, os indígenas denunciaram - e a CPI da COVID coloca isso - o genocídio indígena. No período da pandemia da COVID, há um descaso total, que nós percebemos no dia a dia, nas ações e omissões do Governo atual.

Quando se pensa na Amazônia - vemos as enchentes históricas e a população desamparada -, estamos falando de produção de alimentos, que é necessária para enfrentar a fome. Há soluções para isso, mas passam pelo conhecimento, pela tecnologia. E o Governo, mês a mês, ano a ano, está cortando recursos da pesquisa para o desenvolvimento da biodiversidade. Nós sempre dissemos que floresta em pé vale muito mais, desde que seja explorada através do conhecimento. Isso é o que este Governo não está fazendo.

Nós temos que levar para uma conferência importante como essa a importância da Amazônia para o mundo, para o clima, mas principalmente para a população, que hoje está sendo deixada de lado, que não é ouvida. Sem a população, não dá para se falar de clima, sustentabilidade e desenvolvimento. Temos que ouvir o povo brasileiro, a população amazônica. E este Governo não está fazendo isso.

Sr. Presidente, quero enfatizar atividades como o turismo. O Brasil é um país turístico. Olhar para a Amazônia, olhar para essa região é olhar também para um interesse do mundo. Fala-se muito do turismo. O mundo tem interesse nisso. Nós precisamos criar condições, melhorar a comunicação, a logística, o transporte. Nós precisamos pensar em economia a partir dessa realidade também. O turismo é

uma atividade fundamental para a Amazônia.

Obrigado.

Documento 7/13

127.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	27/10/2021-14:32
Publ.: DCD 10/28/2021 -	- NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Realização da 26^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia. Criação, pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, de programa de controle e monitoramento de queimadas e desmatamentos na Amazônia. Redução das emissões de gases de efeito estufa no governo petista. Impacto das mudanças climáticas sobre as populações de países pobres. Avaliação antecipada da participação do Governo brasileiro na COP-26.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, no próximo fim de semana, começará a 26^a Conferência do Clima, o principal evento sobre meio ambiente no âmbito da ONU.

O Brasil sempre teve um protagonismo importante nessas negociações. O Brasil sempre foi um país ousado ao chamar à responsabilidade o mundo todo, os outros países inclusive.

Aliás, no período de 2006 a 2012, Deputado Alexandre, durante os Governos do Presidente Lula, quando fortaleceu o IBAMA e o ICMBio e criou o programa de controle e monitoramento do desmatamento na Amazônia, houve uma redução de mais de 80% nas emissões brasileiras. Foi a maior diminuição entre todos os países de todos os tempos desde que se iniciou o debate sobre mudanças climáticas. O Brasil sabe o que fazer. O Brasil tem uma importância grande para enfrentar o desafio que está colocado pela vida, conforme estão dizendo os mais de 100 especialistas da ONU que avaliam os estudos e sistematizam mais de 5 mil produções científicas sobre o debate do clima. Dizem que nós humanos precisamos tomar medidas sérias, drásticas inclusive, para mudar o padrão, a forma como produzimos bens e serviços para a humanidade. Mas no mundo todo se construiu, também nas relações entre as nações, uma desigualdade muito



grande. E dentro dos países também há uma desigualdade muito grande. O impacto das mudanças climáticas invariavelmente afeta os países mais pobres, e dentro dos países mais pobres, os mais pobres. São os mais pobres que perdem suas casas, suas vidas. Quando ocorre uma seca prolongada ou uma tempestade, são os mais pobres que sofrem mais. O Brasil sabe como enfrentar isso. O problema é que nós temos um Brasil grande, mas um Governo que não está à altura do Brasil, que é pequeno.

Ainda bem que o mundo sabe que o Brasil é grande, é importante, e o povo brasileiro sabe que o Brasil tem que puxar para si a responsabilidade. Ainda bem que o povo brasileiro sabe, e o mundo também sabe, que nós não temos um Governo à altura do Brasil, do povo brasileiro e da responsabilidade que o Brasil tem perante o mundo nesse debate sobre o clima.

O Governo oficialmente irá para lá levar mentiras, prometer coisas que aqui no Brasil está fazendo o contrário, mas a sociedade civil, o povo brasileiro e os Parlamentares de oposição irão para lá dizer a verdade.

Sr. Presidente, gostaria que o meu discurso fosse divulgado.

Documento 8/13

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-13:24
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - O PT encaminha "sim" na votação do projeto.

Nós entendemos que esse projeto é um avanço e uma necessidade, que está colocado para o enfrentamento do desmando a que nós estamos assistindo com relação à fiscalização de queimadas. O mundo todo está assustado com aquilo que vem acontecendo aqui no Brasil. E é importante que as pessoas saibam que, na maioria dos biomas do Brasil e eventualmente no Cerrado, ocorrem incêndios ocasionados

pela natureza, por raios.

Inclusive no ano passado, a pedido da própria Comissão Externa desta Casa, a Polícia Federal foi apurar os focos de incêndio no Pantanal, e 95% desses focos têm origem criminosa.

Portanto, carecemos, no arcabouço legal brasileiro, de uma legislação que crie um sistema nacional para estruturar os entes federativos para o enfrentamento dessas queimadas, muitas das quais são criminosas. Que se crie uma política positiva, no sentido de que os proprietários possam controlar o fogo no momento anterior ao período das secas. Com isso, evitam-se as grandes catástrofes de incêndios a que nós já vimos assistindo.

Para quem acompanhou o tema neste ano - e eu circulei muito pelo interior do Estado de São Paulo nesses últimos 2 meses -, não há uma área de vegetação em que o fogo não tenha tomado conta. E ele começou, muitas vezes, nas propriedades particulares, que não conseguiram depois controlá-lo, e acabou entrando em unidades de conservação, em reservas legais, em APPs.

Então, nós somos favoráveis.

Queremos aqui aproveitar e parabenizar a Relatora desse projeto, a Deputada Professora Rosa Neide, que traz agora um instrumento adequado. Evidentemente nós vamos precisar de um Executivo, de um Poder Público, que possa depois implementar essa legislação, que é a grande dificuldade que nós temos neste momento.

Esta Casa está assumindo o seu papel, a sua responsabilidade de aprovar uma legislação que crie condições para que, quando nós tivermos um Presidente da República, tenhamos um instrumento para controlar as queimadas neste País.

Documento 9/13

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-13:28
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- AFONSO FLORENCE-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, sobre a



instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Presidenta, o Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, é uma estruturação do sistema nacional de monitoramento e de combate a queimadas, que hoje são, na sua grande maioria, ilegais. Claro que há os institutos de pesquisa, as unidades de conservação, mas é um regramento que permitirá coibir a calamidade, a crise que nós estamos vivendo, com uma expansão descontrolada dos incêndios. O Cerrado, a Amazônia Legal em geral, a ombrófila densa, a Floresta Amazônica têm sido objeto da ação criminosa de pessoas que tocam fogo e nivelam o uso necessário, mas sem o regramento legal; como eu disse, entidades de pesquisa, unidades de conservação e, eventualmente, até particulares. Por isso, esse regramento é fundamental. Está de parabéns a Deputada Professora Rosa Neide!

Quero aproveitar para fazer uma saudação aos brigadistas, tão contemplados e tão contempladas no projeto, e a organizações da sociedade civil, que ajudam no combate às queimadas ilegais, protegendo nossos biomas. Quero destacar, no caso da Bahia, a Chapada Diamantina, o Cerrado, a Caatinga, que também são biomas, e a cobertura vegetal estacional da Chapada Diamantina, na Bahia, que também são objeto dessas queimadas ilegais.

Obrigado, Presidenta.

Documento 10/13

128.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 28/10/2021-
	CD	13:32
Publ.: DCD - 10/29/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, ressalvados os destaques.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro eu quero cumprimentar a Deputada Professora Rosa Neide. Participamos do grupo que enfrentou as queimadas no Brasil, e, a partir dali, viu-se a importância de uma política de manejo do fogo de forma integrada.

Eu quero cumprimentar todos os que participaram desse processo, porque são medidas estruturantes para substituir gradativamente o uso do fogo no meio rural, promover a sua utilização de forma controlada, principalmente entre comunidades tradicionais e indígenas, e aumentar a capacidade de enfrentamento dos incêndios florestais.

Chamo a atenção, Presidente, porque os incêndios florestais ocorrem, no Brasil, numa combinação de ação criminosa extensiva com mudanças climáticas efetivas que estão acontecendo e que propiciam condições meteorológicas extremas de aumento da temperatura.

Então, esta proposta é um avanço. Nós temos ainda algumas questões a colocar nos destaques, porque o controle disso, a autorização para o uso controlado é sempre uma questão controversa. Existem Estados que têm legislações diferenciadas, e, ao mesmo tempo, nós não podemos permitir a licença automática.

O PSOL vota "sim", Presidente.

Documento 11/13

128.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/10/2021-
CD 13:32
Publ.: DCD - 10/29/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, ressalvados os destaques.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, a REDE também é a favor deste projeto. Inicialmente quero parabenizar o autor e a Relatora, justamente porque ele é uma necessidade hoje no Brasil, principalmente na Amazônia.

Eu venho da Amazônia, do Estado de Roraima, onde nós temos estações diferentes, com 6 meses de chuva e 6 meses de sol, e muitas vezes isso coloca em vulnerabilidade as florestas que estão em pé e, mais ainda, as terras indígenas, que no meu Estado são quase 50% reconhecidas oficialmente, que merecem uma política responsável para combater os incêndios e as queimadas.

É uma obrigação do Estado brasileiro promover medidas seguras e, principalmente, implementá-las. É isto que está faltando: a

implementação de uma série de políticas.

Em relação à questão das COPs, o desejo, é lógico, seria de que aprovássemos muito mais e não somente este projeto, mas outras medidas que pudessem se somar ao enfrentamento, pelo Estado brasileiro, desta crise climática. Aliás, eu tenho projeto no sentido de converter multas em um fundo para povos indígenas. Aguardo que os Parlamentares assinem a sua urgência, porque poderia ter sido outro projeto para levarmos de forma positiva, no sentido de proteger a floresta em pé e proteger mananciais de água e proteger terras indígenas, que são estratégicas também para o enfrentamento desta crise climática.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 12/13

128.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/10/2021-
CD 13:36
Publ.: DCD - 10/29/2021 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, ressaltados os destaques.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Solidariedade vota "sim".

Faço um registro importante. Eu tenho percebido muitos debates com relação às queimadas. Tenho percebido que isso está diretamente ligado ao período de estiagem: quanto mais longo, mais focos de queimada; quanto mais curto, menos focos de queimada. Muitas vezes, isto é atribuído à figura do Governo, etc., mas é preciso perceber que isso é uma questão climática.

Em outro ângulo, Sra. Presidente, usar esta mão de obra local, as pessoas que sabem lidar com isso também é um ganho significativo para combatermos as queimadas, de tal maneira que este projeto faz avanços interessantes. Agora, punir aqueles que têm consciência e o fazem de forma intencional também é uma necessidade. Vamos viver num País sem queimadas.

Obrigado.

Documento 13/13

128.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/10/2021-
CD 13:36

Publ.: DCD - 10/29/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, ressalvados os destaques.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta. A orientação do PT é "sim" ao PL 11.276, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Quero saudar e parabenizar a Deputada Rosa Neide por um PL cuja discussão foi iniciada em 2012, ainda no mandato da Presidenta Dilma. Ele foi muito discutido no mandato da Presidenta Dilma. Posteriormente, em 2018, foi protocolado na Casa.

Gostaria de saudar brigadistas, bombeiros, Prefeituras, órgãos estaduais e principalmente as organizações da sociedade civil, o movimento ambientalista. Nós vamos combater as queimadas ilegais. Vamos contribuir com a política de combate às mudanças climáticas, regrando nacionalmente, de forma federativa, o manejo legal do fogo, com regras rígidas.

Por isso, a orientação do PT é "sim". Obrigado.

Desculpe, a orientação da Minoria é "sim". É o cacoete. Desculpem, Líderes da Minoria!
